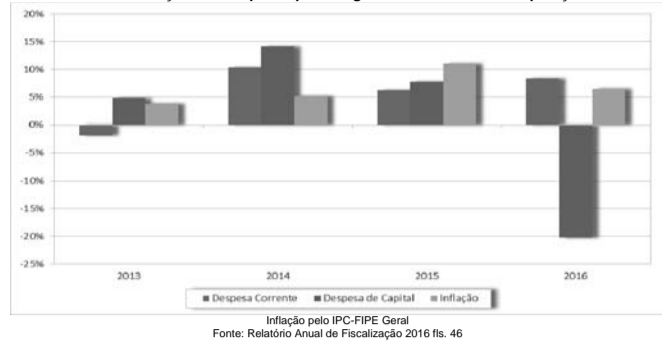


sentido, acolho o alerta da Auditoria à PMSP no sentido de que acréscimos acima da inflação nas despesas precisam estar suportados pela retomada da economia e decorrente aumento da arrecadação, algo ainda sujeito a incertezas.

Gráfico 4.2 - Taxa de variação das despesas por categoria econômica em comparação com a inflação



RESULTADO

No exercício, a Prefeitura apresentou déficit de R\$ 1,9 bilhão ou 4,4% sobre a arrecadação, retornando às situações deficitárias registradas nos exercícios de 2013 e 2014.

Quadro 4.15 – Resultado da Execução Orçamentária Em R\$ milhões

Item	PMSP
Receita Prevista (A)	50.377
Receita Realizada (B)	43.885
= Insuficiência de Arrecadação (C) = (B - A)	(6.492)
Despesa Fixada (D)	50.377
Despesa Orçamentária Fixada	41.967
Transferência Financeira a Conceder	8.411
Despesa Realizada (E)	45.801
Despesa Empenhada	37.254
Transferência Financeira Concedida	8.547
= Diferença entre Despesa Fixada e Realizada (F) = (E - D)	(4.576)
Receita Realizada (B)	43.885
Despesa Realizada (E)	45.801
= Déficit da Execução Orçamentária e Transferências (G) = (B - E)	(1.916)
Percentual (G)/(B)	-4,4%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.78

RESTOS A PAGAR

O saldo de Restos a Pagar variou de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 1,4 bilhão de 2015 para 2016. O decréscimo de 56,8% foi influenciado, principalmente, pela redução de inscrições em 2016. Durante o exercício de 2016 houve baixas de R\$ 1,7 bilhão (52,6%) por pagamento e de R\$ 1,5 bilhão por cancelamento (47,4%).

O elevado percentual de cancelamento revela a existência de deficiências no processo de inscrição de restos a pagar e distorce a avaliação da execução orçamentária dos períodos encerrados, bem como eventuais apurações de limites legais e constitucionais realizados com base no empenho de despesas. Destaca-se que, do montante cancelado até 31.12.16, 81,8% eram referentes a investimentos.

GESTÃO FINANCEIRA

Na gestão financeira, destacam-se, dentre os ingressos, as receitas relativas ao IPTU e ISS (R\$ 19,5 bilhões) e, dentre os desembolsos, o pagamento de pessoal (R\$ 11,7 bilhões).

Nas atividades de investimento, houve o pagamento de R\$ 3,3 bilhões, sobretudo, para obras e instalações em escolas, hospitais, pavimentação de ruas, sistema viário, corredores de ônibus e canalização de córregos, dentre outras.

O resultado financeiro global foi negativo em R\$ 906,3 milhões, promovendo uma redução de 15,6% nas disponibilidades financeiras da PMSP. O saldo das disponibilidades ficou em R\$ 4,9 bilhões ao término do exercício.

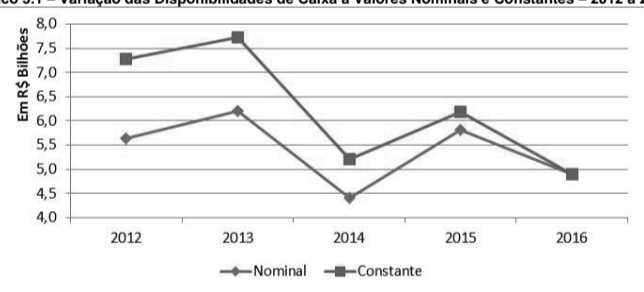
Quadro 5.1 - Evolução do Caixa – 2016 Em R\$ mil

Descrição	Valores	%
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.15	5.803.071	100,0
Consumo de Caixa em 2016	(906.287)	-15,6
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.16	4.896.785	84,4

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.88

O saldo do Caixa em dezembro de 2016 ficou, em valores constantes, próximo ao saldo de 2014, retomando inflexão de redução, após o incremento em 2015.

Gráfico 5.1 – Variação das Disponibilidades de Caixa a Valores Nominais e Constantes – 2012 a 2016



As disponibilidades financeiras da Prefeitura (R\$ 4,9 bilhões) em 31.12.16 eram suficientes para saldar as obrigações de curto prazo (R\$ 1,9 bilhão). Se todas essas obrigações fossem pagas, ainda restaria um saldo de R\$ 3 bilhões, sem a distinção entre recursos próprios e vinculados. O excedente de disponibilidade em 2016 foi reduzido em cerca de R\$ 561,3 milhões na comparação com o do ano anterior.

O Superávit Financeiro da Prefeitura, em 2016, seria R\$ 3,5 bilhões. Mas, do valor do Superávit Financeiro, precisam ser subtraídos R\$ 340,2 milhões, referentes a saídas bancárias com pendência de regularização orçamentária, bem como ajustes no Passivo Financeiro e no Ativo Financeiro. Assim, após a revisão do cálculo, o resultado do Superávit Financeiro resultou em R\$ 3 bilhões, constituindo o limite para a abertura de créditos adicionais por superávit em 2017.

Quadro 5.7 – Superávit Financeiro Calculado pelo TCMSP Em R\$ mil

Superávit Financeiro da Prefeitura	3.547.257
Exclusões Apuradas pelo TCMSP	(505.626)
Pagamentos com pendência de regularização orçamentária	(340.243)
Reclassificação da Nota Fiscal Paulista para Passivo Financeiro	(152.090)
Pendências a serem regularizadas na conta Caixa	(13.293)
Superávit Financeiro Efetivo	3.041.631

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.94

A maior parte dos recursos financeiros está concentrada na fonte 08 – Tesouro Municipal Vinculado, no montante de R\$ 2,1 bilhões. 78% deste valor estão vinculados ao pagamento de despesas específicas com as Operações Urbanas.

No final de 2016, as disponibilidades livres da Prefeitura eram suficientes para saldar as obrigações de curto prazo. No entanto, apesar de o balanço mostrar um saldo de R\$ 728,3 milhões nos recursos livres, considerando a prática atualmente adotada pela PMSP de recolher todo o passivo oriundo de movimentações extraordinárias com recursos do Tesouro, a sobra de Caixa efetiva livre passaria a ser R\$ 231,9 milhões.

DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS

Dos R\$ 315,7 milhões desvinculados em 2016, foram efetivamente transferidos R\$ 306,4 milhões das contas bancárias vinculadas para as contas bancárias livres, segundo a Auditoria.

Das desvinculações efetuadas pela PMSP, destacam-se as relativas aos rendimentos financeiros decorrentes de aplicações de recursos de receitas de capital das Operações Urbanas Faria Lima, Centro, Água Espraiada e do Fundo Especial Operação Urbana Água Branca, bem como das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico-Cide e seus respectivos rendimentos.

Inicialmente, a Auditoria aponta infringências nessas desvinculações e propõe Determinação para ressarcimento desses valores. No entanto, após manifestação da Origem no TC nº 72.007.771.16-40, que acompanha o Balanço da Prefeitura (TC nº 72.001.517.17-74), a Auditoria sugere a criação de um Grupo de Estudos Técnicos para aprofundar a análise acerca da desvinculação dos recursos provenientes dos rendimentos das aplicações financeiras das Operações Urbanas, com fulcro no Decreto Municipal nº 57.380/16 e Emenda Constitucional nº 93/16, com a participação de servidores da Subsecretaria de Fiscalização e Controle e da Assessoria Jurídica de Controle Externo. Consequentemente, a Auditoria retira a Infringência 20.5.3 e a Proposta de Determinação 20.5.12, em relação às Operações Urbanas. Em relação à CIDE a Origem informa a intenção do Município de não mais transferir os recursos desvinculados, mantendo a utilização específica do recurso, assim como informa a intenção de providenciar a revogação do inciso III do artigo 1º do Decreto Municipal n. 57.380 de 2016. Nesse sentido, proponho o destaque da matéria e a criação do Grupo de Estudos para aprofundamento da análise.

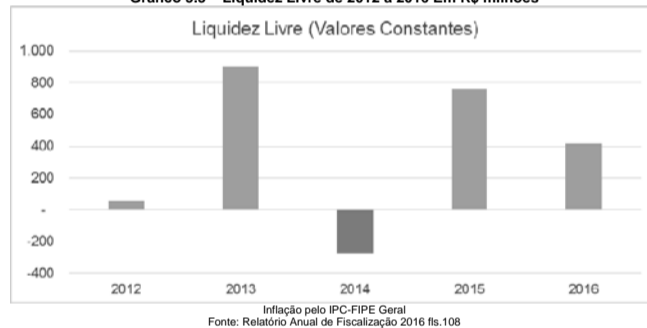
LIQUIDEZ

No final da gestão anterior (quadriênio 2009-2012) a situação de liquidez nos recursos livres encontrava-se bastante reduzida. De forma contrária, a situação de liquidez vinculada havia sido favorecida pelo ingresso de R\$ 1,7 bilhão nas Operações Urbanas, ocorrido em 2012.

Em 2013, enquanto a situação de liquidez livre melhora, impulsionada pelos aumentos reais de arrecadação nas receitas tributárias próprias (ISS e IPTU), e também no ICMS, por outro lado, a liquidez vinculada começa a diminuir, refletindo a queda de arrecadação das receitas de capital. Em 2014, as situações de liquidez livre e vinculada sofrem os efeitos do elevado déficit orçamentário registrado, notadamente em decorrência da queda de arrecadação do ICMS e de aumentos nas despesas com o subsídio do ônibus e precatórios. Em 2015, a situação de liquidez livre é fortemente alavancada com a liberação dos depósitos judiciais não tributários, em decorrência da

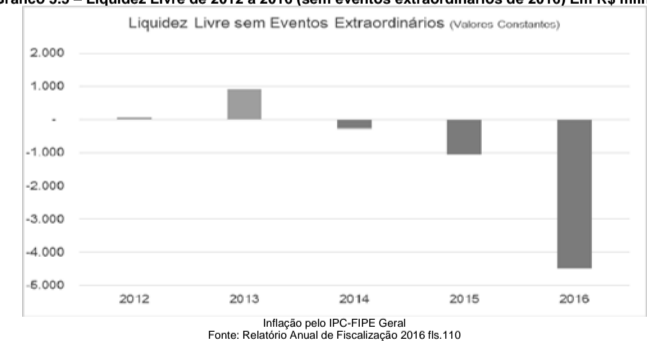
Lei Complementar nº 151/15. Já em 2016, a situação de liquidez livre volta a cair, refletindo a posição orçamentária deficitária, decorrente principalmente da queda na arrecadação do ISS e da transferência do ICMS.

Gráfico 5.3 – Liquidez Livre de 2012 a 2016 Em R\$ milhões



A ocorrência de eventos extraordinários teve papel decisivo na manutenção da liquidez ou solvência livre da PMSP ao final de 2016: a liberação dos depósitos judiciais não tributários, ao final de 2015, adicionou R\$ 1,7 bilhão às disponibilidades ordinárias daquele exercício; em 2016, a efetivação da renegociação da dívida do Refinanciamento com a União gerou economia nos pagamentos do serviço da dívida correspondente, desonerando o disponível em estimados R\$ 1,6 bilhão; e o retorno para a PMSP dos depósitos judiciais correspondentes às prestações mensais do contrato de refinanciamento a vencer (parcela controversa), efetuados no período de abril a dezembro de 2015, adicionou mais R\$ 1,5 bilhão ao disponível livre de 2016. Sem a ocorrência desses eventos, a situação de liquidez livre da PMSP no encerramento do exercício de 2016 teria ficado bastante comprometida.

Gráfico 5.5 – Liquidez Livre de 2012 a 2016 (sem eventos extraordinários de 2016) Em R\$ milhões



Assim, a PMSP deve tomar medidas voltadas à manutenção da liquidez, considerando o cenário recessivo da economia e a ausência de previsão segura de receitas extraordinárias substanciais em 2017.